Especial









Ambiente De um lado, documento tem enfoque ideológico; de outro, traz propostas técnicas para conter desmate

Plano para Amazônia mostra visão híbrida

Daniela Chiaretti De São Paulo

O plano estratégico do gover-no para a década 2020-2030, que está em discussão pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), é um híbrido, Se de um enta visão ideológica e arcaica da região, traz tambén propostas técnicas e avança em questões centrais para conter o desmatamento e promover o de-senvolvimento sustentável. Em alguns trechos soa como uma lis ta de desejos, como no que men-ciona a "reativação" do Fundo Amazônia, sem sinalização dos doadores. Em outros, como uma lista de intenções. O tom de mili-

tarização da região é inconteste. O plano e as iniciativas estraté-gicas prioritárias, sob a ótica do governo Bolsonaro, foram discutidas na terceira reunião ordiná tidas na tercetra reuniaso ordina-ria do Conselho Nacional da Amazônia Legal no início do mês. Na ocasião foi apresentado aos ministros presentes um Power Point com uma síntese, o texto-esboço do plano e alguma:

texto-esocyc do paño e algumas planilhas em que os ministérios devem elencar suas ações. Em vários momentos, ao des-crever a atribuição de ações que tradicionalmente seriam do Mi-nistério do Meio Ambiente, o do-

ntsterio do sieto Ambonite, o di-cumento desloca a responsabili-dade para o Ministério da Defesa. Há grandes lacunas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, referência internacional no monitoramento de florestas tropicais, nunca é citado. Ibama e ICM Bio, órgãos-chave para ações de co-mando e controle da região e para o cuidado e a gestão das unidades de conservação, são mencionados em item sucinto e que sugere a re estruturação de ambos. Povos indigenas, comunidades quilombo-las, riberinhos e demais popula-ções tradicionais não estão no foco do plano. Há citações tangenciais, do plano. Ha citações tangenciais, como a do "projeto de reestrutura-ção da Funai" a cargo do Ministério da Justica e prazo até dezembro. "É uma evolução em relação ao primeiro plano", registra uma fon-

te que conhece administração pública e a atuação do MMA. Ele se reblica e a stuação do MMA, Ele se re-fere ao primeiro documento, que foi divulgado depois da primeira reunião do conselho. O texto de agora é desdobrado em planilhas. Ali existe a tentativa de se detalhar ações, com metas e objetivos de custo prazo (2020-2023), médio (2024-2025) e longo (2028-2031). "Mas, se o documento ganhou pá-ginas, continua raso. Não tem no-

pinas, comuna a asoccaso com no-vidade sobre o que existia antes e não se apontam caminhos", diz. Em webinar na semana passa-do, o general Hamilton Mourão, que preside o CNAL, disse que o "é um trabalho gigantes co" e deixou claro que está em construção. "Esperamos na vira-da do ano ter este planejamento construído", mencionou.

presidente, é ter metas acordadas com cada um dos 15 ministérios com cada um dos 13 ministerios. Ele destacou a importância do bloco de planejamento estratégi-co, "visando o médio e o longo prazos. Algo que permaneça, in-dependentemente do governo de

oepenoentemente oo governo oe turno. Que não seja rasgado e que seja um planejamento factível*, Mourão descreveu o processo de elaboração do plano em even-to promovido pela Federação das Câmaras de Comércio Exterior camaras de Comercio Exterior em parceria com a Suzano. "Construímos uma base para es-te planejamento estratégico, que levantou três objetivos gerais que estão ligados à proteção, preservação e desenvolvimento da Amazônia." Estes objetivos foram decompostos em objetivos estratégicos secundários, "que agora estão sendo transforma-dos em um trabalho mais metioos en um trabaino mais meti-culsos, em objetivos operacio-nais, ou seja, aqueles que são as metas para que avancemos nos três grandes eixos". Ele mencio-nou algo em torno a 110 metas a serem atingidas ao longo dos polícimos esparaciones. próximos anos.

Mourão descreveu "as três Am-zônias diferentes" dentro da re-gião. "Uma delas é a antropizada, com solução distinta da Amazônia Central, que é a que considena centra, que e a que consider ro que é a linha que tem que ser mantida intocada e o avanço da área antropizada tem que ser bloqueado ali." Esta área estaria compreendida entre os ríos Xingu e Madeira. E a Amazônia Oci-dental, do Madeira até a frontei-

dentar, do Maderra até a frontei-ra, "com vocação totalmente dis-tinta. Cada uma tem uma solu-ção diferente", disse Mourão. Na parte antropizada "é onde teremos projetos de pecuária e de lavra minerária dentro do respeito das nossas regras, buscando proje-tos de regeneração das áreas de-gradadas, melhorias de produtivi-dade e do Índice de Desenvolvidade e do indice de Deservoir-mento Humano", descreveu. Disse que, enquanto ""não se levar a co-nectividade aos confins da Amazo-nia, não teremos controle" e "fica difícil levar o investidor se ele não tem conectividade que hoje é pri-torial de la conectividade que hoje é pri-torial de la conectividade que hoje é pri-

tem conecuvaciace que noje e vimento e inovação", seguiu.
O documento tem ideias que retornam de gestões passadas como
a que sugere que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, poderia evoluir para se tornar uma Agência Naciopara se tornar uma Agencia Nacio-nal de Terras. A ideia pode ter po-tencial, mas, como o documento não foi aberto para discussão à sociedade, fontes do agronegócio

cieciace, nontes do agronegocio consultadas pela reportagem não sabem dizer do que se trata. "O Incra não tem estrutura, equipe e situação financeira para dar conta da agenda de regulariza-ção fundiária que é desafiadora", diz um executivo do setor. "A criação de uma agência pode ser uma iniciativa boa, mas não sabemos."

As quatro faces da Amazônia

A organização fundiária da Amazônia é estratégia central pa-ra conter o desmatamento. Quem tem título da terra cuida mais da propriedade. Richard Torsiano, ne foi diretor de ordenamento da estrutura fundiária do Incra por dez anos, vé com reservas a ideia de criação de uma agência sem que se tenha claro seus obje-tivos. "O ideal seria fortalecer e modernizar o Incra, que já tem robustez e uma grande base de dados cadastrais e poderia atuar na principal agenda da América Latina", opina o especialista em governança de terras.

governança de terras.

Entusiasta da política de regularização fundiária, Torsiano lembra
o passivo histórico que o país tem
com a regularização de territórios
quilombolas e reforma agrária.
O documento do Conselho da

Amazônia Legal traz outro mistério ao citar, entre as ações do go-verno realizadas e em andamento, a "decretação da moratória da ter-ra". A ação está a cargo da pasta da ra. A aça esta acargo da pasta a Agricultura e seu cronograma é dezembro. "Pode ser potencial-mente interessante se mandar um sinal de que o governo não vai re-gularizar territórios que foram ile-galmente desmatados", diz um fórnizo de Missa. técnico do MMA.

tecnaco do MMA.

Im dos quadros aponta para
soluções interessantes, ao dividir
ações e programas na região tomando por critério o grau de desmatamento dos municípios. Em regiões na fronteira do desmatamento ede expansão da ocupação, o texto sugere restrições ao crédito e à regularização fundiária para quem agiu na ilegalidade, Há contudo sinalização de benefícios patudo sinalização de beneficios par-raquem está na direção oposta. Se-riam imóveis prioritários para o programa Floresta+ e poderiam ter maiores beneficios em paga-mentos de serviços ambientais.

Ideias nesta direção, de punição dos ilícitos ambientais, repercuti-ram na semana passada eviden-ciando uma situação de conflito

entre o presidente Bolsonaro e o vice-presidente Mourão. Foi quando vazou, em reporta-gem de "O Estado de S. Paulo", o gittim que dizia que o governo po-deria expropriar "propriedades rurais e urbanas acometidas de crimes ambientais". Bolsonaro reagiu rapidamente, dizendo que a ideia era um "delfrio" e que

que a ideia era um "delfirio" e que demitiria quem levantasse a pos-sibilidade, "a não ser que essa pessoas seja indemissível". A investida de Bolsonaro deixou claro que há divergências sobre a faca de correcta punição da ilegali-dade. Éisso que o esboço do plano, em discussão nos ministérios, pro-poso de jos que investidos interem discussao nos ministerios, principo por e é isso que investidores inter-nacionais, empresários e a socie-dade espera do governo.
"Mourão é muito receptivo, educado e inteligente. Mas a estru-tura constitucional brasileira não

tura constitucional brasileira não dá poder ao vice. Para agir, ele de-pende dos ministérios da Agricul-tura, do Ambiente ou da Saúde. Não tem verba própria ou coman-do próprio", diz uma fonte empresarial. "Bolsonaro foi eleito com o mote de combater a ilegalidade. Mas ele induz a ilegalidade a cada discurso. É um brinde e um incentivo a quem faz errado.

O plano do CNAL é ainda uma colcha de retalhos. "Não é um placolcha de retathos. "Não e um pla-no estruturado. São propostas em Power Point. O material tem con-tradições internas", aponta Suely Araújo, especialista sênior em po-liticas públicas do Observatório do Clima, a maior rede de organiza-ções não governamentais com atuação climática. Uma de suas crí-ticas é que, "do ponto de vista técnico, não faz menção ao que existe até agora. É como se o Brasil tivesse

sido passado a limpo".

Uma das maiores controvérsias do material vazado à imprensa logo depois da reunião do CNAL foi a intenção do governo de "criar um marco regulatório para a atuação da ONGs" como uma das ações es-tratégicas prioritárias. A meta de controlar as organi-zações com atuação na Amazônia zaçoes com atuação na Amazona é um objetivo operacional, de acordo com o documento, abaixo do objetivo estratégico que busca "reduzir crimes ambientais". "Ou seja: quem propôs o item enxerga as ONGs como organizações criminosas", destaca uma fonte. "Igno ram o trabalho das organizações pela preservação da floresta e o combate ao desmatamento." Na ocasião, 73 organizações não

ambientais assinaram nota de reambientais assinaram nota de re-púdio ao plano do governo de cer-cear a ação das ONGs na Amazô-nia, Mourão reagiu dizendo desco-nhecer o ponto, que está no texto. O plano, até o momento, reco-

lo pano, ate o montento, treatore lo pano, ate o ministérios. Neste amplo espectro de contribuições, o documento reflete posições conservadoras e ideológicas e aspectos mais modernos de lidar com a ilegalidade e o desenvolvimento da região

de e o desenvoivamento da regao,
"A sobrevivência do poder hege-mônico de países como Reino Uni-do, França, Alemanha e Estados Unidos dependem do acesso à vas-ta fronteira internacional de recursos naturais estratégicos", inicia o Power Point. "A entrada da China no seleto grupo de grandes potên-cias econômicas hegemônicas do mundo contextualiza uma nova realidade global, na qual regiões ricas em recursos naturais estraté gicos passam aser o alvo das políti-cas externas do governo chinês." O texto segue pela crise global

O texto segue pela crise global da água, apontando situações cri-ticas na China, India, México, Oriente Médio e nos países do "chi-re da África" e no norte do conti-nente africano. Há um alerta: De toda a água doce disponível, 70% de la édestinada à agricultura, 22% vão para a indústria e apenas 8% são consumidos em clubes, resi-dancias hocordiaire escritórios.

dências, hospitais e escritórios. Na sequência, a constatação de que o Brasil é o detentor das maio-res reservas de água doce do planeres reservas de agua doce do plane-ta. "O Brasil já está exportando sua água de maneira predatória, atra-vés do desmatamento e das expor-tações sem valor agregado de soja e came", ressalta Raoni Rajão, professor associado de gestão am-biental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). "O principal

Minas Gerais (UFMG, "O principal meio de defender os interesses nacionais é através de uma governança ambiental forte", continua.

Embora o general Mourão venha repetindo que é preciso fortalecer os órgãos ambientais, o texto do plano de ações para a Amazônia tem ambiguidades como quando cita a reestruturação do Managa do ICMB; ção do Ibama e do ICMBio.

"Vale a pena mudar a institui-ção? Ter uma nova? É uma quebra grande do ponto de vista institu-cional e que pode dar um atraso grande nas ações", questiona Bren-da Brito, pesquisadora do Imazon.

Outro mapa do plano lista o potencial minerário da região com a localização das jazidas de

gás natural, potássio, calcário manganés, ferro, alumínio, dia-mante, cromo, linhito e uránio.

Em outra página, descreve-se em poucos tópicos a importân-cia geopolítica da Amazônia. Ressalta o grande estoque de recursos estratégicos da região" e cita "interesses menos republica-nos entre nacionais". Segue mennos entre nacionais". Segue men-cionando o "apoio das entidades ambientalistas aos governos eu-ropeus — interesse comercial de

ropeus — interesse comercial de proteção ao agronegócio".

O plano de ações é extenso. Em outra parte, menciona a imple-mentação do Código Florestal e a ampliação no número de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Ru ntrais no Cadastro Ambiental Ru-al (CAR), ações que estão em cur-so há anos e não desenrolam. "A implementação efetiva do Código Horestal, com a finalização e ava-liação do CAR e adequação dos passivos é de fundamental imporpassivos é de fundamental impor-tância para a agropecuária", desta-ca o advogado Rodrigo Lima, dire-tor geral da Agroicone e especialis-a em negociações internacionais. "Isso permitirá passar informações críveis ao longo da cadeia e estam-par indicadores de sustentabilida-de nos produtos brasileiros." Outra parte da proposta cita ce-nários para o que seria um "futuro desejado" para a Amazônia. Ali mencionams-e aspectos cruciais

desejado para a Amazzonia. An mencionam-se aspectos cruciais como o zoneamento ambiental, a titulação de terras, a presença do Estado e a fiscalização, a infraes-trutura sustentável e cadeias pro-dutivas baseadas na bioeconomia. O primeiro ponto da coluna "pre servação" é a "soberania". O docu mento dá grande enfase à atuação do Ministério da Defesa. O Ministério do Meio Ambiente,

por seu turno, está preocupado em perseguir créditos de carbono. O da Economia tem que buscar fon-tes de financiamento nacionais e internacionais, público e privadas.

O documento cita a necessida-de de se contratar servidores pade de se contratar serviciores para atuar localmente, entre a ações estratégicas prioritárias. Diz que é preciso aumentar a fis-calização das madeireiras. Pre-tende qualificar a cobrança do Imposto Territorial Rural (TIR) e reverter a arrecadação de multapor infração ambiental para os municípios onde ocorreram. "É preciso dizer que 70% do que

está no plano é o que a sociedade civil está pedindo há muito tem-po", diz o biólogo e empresário Ro-berto Waack, que se debruçou so-bre o documento para analisar pontos positivos e negativos. "En-tre os problemas, o fato de o plano tre os protocemas, o tato de o piano ser um documento egresso do Exe-cutivo do governo federal e ponto. Esta discussão precisa ser amplia-da para os segmentos da socieda-de, governadores e municípios", diz. Ele destaca a falta de atenção às populações tradicionais. "O de-bate de infraestrutura precisa ser muito aprofundado."